



**PESCA ARTESANAL E EMPRESAS DE  
PETRÓLEO: A ABORDAGEM PARTICIPATIVA  
COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO  
NO BAIXO-SUL DA BAHIA, BRASIL**

**Artisanal Fisheries and Oil and Gas Companies:  
a Participatory Approach to Development Proposal  
on the Lower Southern of Bahia, Brazil**

**La Pesca Artesanal y las Compañías Petroleras:  
un Enfoque Participativo de la Propuesta de Desar-  
rollo en Bajo Sur de Bahía, Brasil**

Adriano Prysthon da Silva (EMBRAPA)\*

\*Engenheiro de Pesca (UFRPE) e mestre em Recursos Pesqueiros e Aquicultura (UFRPE), atua como Pesquisador da Embrapa Pesca e Aquicultura nas áreas de Pesca e Sistemas Aquícolas em comunidades tradicionais. Atuou no setor privado em gestão participativa e monitoramento pesqueiro no ramo de petróleo e gás  
Endereço: Endereço: Av. LO 1- 104 Sul- N 34 Conj.4, 1º Pavimento-Plano Diretor Sul, Palmas-Tocantins-Brasil. CEP 77020 020  
Email: adriano.prysthon@embrapa.br

## Resumo

O efeito da participação na escolha de projetos co-financiados foi avaliado em nove comunidades pesqueiras na região litorânea do Baixo-Sul da Bahia-Brasil, devido a uma exigência ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) a uma empresa de petróleo e gás. Os objetos de estudo deste artigo foram a metodologia participativa (DRP), as etapas para a execução dos trabalhos de campo e a análise dos projetos eleitos nas comunidades. Mesmo com ponderações, a metodologia foi eficaz para o autoconhecimento das comunidades em diversos aspectos da pesca, como a sua importância para a segurança

alimentar e para o comércio local. Mesmo sendo eleitos de forma legítima pelas comunidades, os projetos não obtiveram o impacto esperado. A desarticulação institucional, aliada a práticas antidemocráticas e à política de paternalismo existente indicam que devem ser direcionados esforços para a consolidação de um arranjo institucional contínuo com elevado nível de consciência e promoção de mais espaços de discussão com os pescadores, a fim de fortalecer o capital social e, assim, avançar no desenvolvimento das comunidades pesqueiras daquela região.

## Palavras-chave

Pesca Artesanal. Gestão Participativa. Baixo-Sul

da Bahia. Exploração Petrolífera.

### Abstract

The effect of the participation in the choice of co-financed projects was evaluated in nine fishing communities of the coastal region of the Lower Southern of Bahia-Brazil, due an environmental requirement of an oil and gas company. The participatory methodology (RRA), the steps for the implementation of field work and the analysis of the chosen projects in the communities, were the objects of study. Even with critics, the methodology was effective for the self-knowledge of the communities in several aspects of the fishing activity such as its the importance on food security and the local market. Despite of being legitimately elected by the communities, the projects did not reach the expected impact. The institutional disarticulation, allied to anti-democratic practices and the existing political paternalism, indicate that efforts should be directed to the consolidation of a continuous institutional arrangement with high level of awareness and the promotion of more opportunities for discussion with the fishermen, strengthening the social capital to improve the development of fishing communities in this region.

### Keywords

Artisanal Fisheries. Co-management. Lower-Southern of Bahia. Drilling Production.

### Resumen

El efecto de la participación en la elección de los proyectos cofinanciados se evaluó en nueve comunidades pesqueras de la región costera del Bajo Sur de Bahía, Brasil, debido a un requisito ambiental a una empresa de petróleo y gas. Los objetos de estudio de este artículo fueron la metodología participativa (DRP), los pasos para la puesta en práctica del trabajo de campo

y las análisis de los proyectos seleccionados en las comunidades. Incluso con los pesos, la metodología fue eficaz para el auto-conocimiento de las comunidades en diversos aspectos de la pesca como su importancia para la seguridad alimentaria y el comercio local. Aunque fueran elegidos legítimamente por las comunidades, los proyectos no alcanzaron el impacto esperado. La desarticulación institucional, junto con las prácticas antidemocráticas y la política de paternalismo, indican que los esfuerzos por consolidar la estructura institucional con un alto nivel continuo de toma de conciencia y la promoción de más oportunidades para la discusión con los pescadores deben ser dirigidas, fortaleciendo el capital social para avanzar en el desarrollo de las comunidades pesqueras de la región.

### Palabras clave

Pesca Artesanal. Gestión Participativa. Bajo Sur de Bahía. Exploración de Petróleo

### 1. Introdução

A pesca artesanal na região nordeste representa uma importante fonte de trabalho, alimento e renda para milhares de famílias. Além de ser a região mais produtora do Brasil, com 250 mil toneladas em 2011 (MPA, 2011), concentra quase a metade dos pescadores brasileiros, cerca de 490 mil (47%). O estado da Bahia é o quarto maior produtor do Brasil, com 70 mil toneladas em 2011, e abrange um contingente de 125 mil pescadores, 25% dos pescadores do nordeste (MPA, 2012). A grande maioria desses pescadores está no litoral, e o impacto das atividades de petróleo é mais um agravante para o desenvolvimento e preservação da pesca em pequena escala, principalmente, em ambientes considerados mais frágeis, como é o caso do Baixo-Sul. Essa região litorânea apresenta grande riqueza ecológica com diversos ecossistemas, como praias, baías, cachoeiras,

manguezais, restingas e complexos estuarinos. Porém, sua crescente ocupação desordenada já indica uma necessidade de melhor manejo e conservação (SILVA; SILVA, 2007). Na Ilha de Boipeba, por exemplo, o turismo e a exploração de Petróleo e Gás (PG) têm provocado profundas mudanças culturais na comunidade pesqueira, reconfigurando a ruralidade original (ALENCAR, 2011).

A indústria de exploração de PG no mar implica numa série de ameaças ao ambiente marinho e aos territórios pesqueiros explorados por comunidades de pescadores, as quais necessitam de atenção diferenciada, pois, além de formarem um dos grupos de maior vulnerabilidade social, há padrões de territorialidade e segregação espacial entre frotas e espécies capturadas (CORDELL, 1978; POOS, *et al.*, 2010). A possível interdição de pesqueiros, devido à área de abrangência das plataformas de PG, mesmo que por pouco tempo, pode causar impactos significativos na subsistência cotidiana dessas comunidades (VILARDO, 2007). O entendimento das interações entre o setor petrolífero e o pesqueiro é de extrema importância, para que sejam devidamente manejadas de modo a mitigar os efeitos negativos e evitar que a atividade pesqueira sofra a influência de mais um fator de insustentabilidade (IBAMA, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, quando a avaliação de impacto ambiental indicar a possibilidade de impacto relevante na pesca artesanal, a empresa requerente deve observar duas premissas: (i) se a perfuração irá ocorrer em profundidade inferiores a 50 metros e (ii) se a perfuração ocorrerá em áreas de atividade pesqueira intensa.

Considerando essas questões, o IBAMA estabeleceu programas de mitigação de impactos, dentre eles, o Plano de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP). Tal determinação passou a ser exigida de forma sistemática a partir de 2003 e vem sendo aprimorada continuamente, com o objetivo de compensar as comunidades

pesqueiras devido às interferências causadas pelas empresas de PG. Atualmente, a evolução desses programas culminou com a determinação de as compensações serem direcionadas a projetos voltados ao fortalecimento da pesca artesanal e ao uso sustentável dos recursos pesqueiros. O IBAMA sugere, ainda, que as empresas exerçam a prática do diálogo com as comunidades pesqueiras. Mesmo havendo problemas históricos significativos no processo de licenciamento (PORTO *et al.*, 2007), tal iniciativa é benéfica e amplia os espaços de poder por intermédio do compartilhamento de decisões baseado no conhecimento empírico das comunidades pesqueiras. Estas ações devem ser prioritárias em regiões consideradas mais pobres como a região nordeste (PNUD, 2000).

Os primeiros PCAPs no Brasil evidenciaram que os recursos pagos pelas empresas de petróleo e gás aos projetos escolhidos pelos representantes dos pescadores quase não trouxeram benefícios diretos ou não foram distribuídos de forma equânime aos que deveriam ser os principais beneficiários. Portanto, o órgão licenciador recomendou o enfoque participativo na abordagem das comunidades pesqueiras pela empresa responsável pelo empreendimento.

Enfoques participativos vêm sendo empregados com sucesso em vários países, proporcionando espaços de discussão, planejamento e caminhos para a construção coletiva. A literatura é vasta e consensual quando cita esses fatores como chave para o desenvolvimento organizacional e institucional, tanto em ambientes marinhos como continentais (KALIKOSKI, *et al.*, 2009; BROWN *et al.*, 2005;). Por outro lado, projetos com pouca ou nenhuma participação resultam em insucessos devido ao baixo capital social envolvido, já que políticas são deliberadas, em nível de estado, sem a participação efetiva das comunidades (CUNHA, 2009). Os espaços de discussão coletivos ampliam a participação dos pescadores em diferentes estágios de construção de políticas do setor, como na formulação, implantação e fiscalização

(VOS; TATENHOVE, 2011).

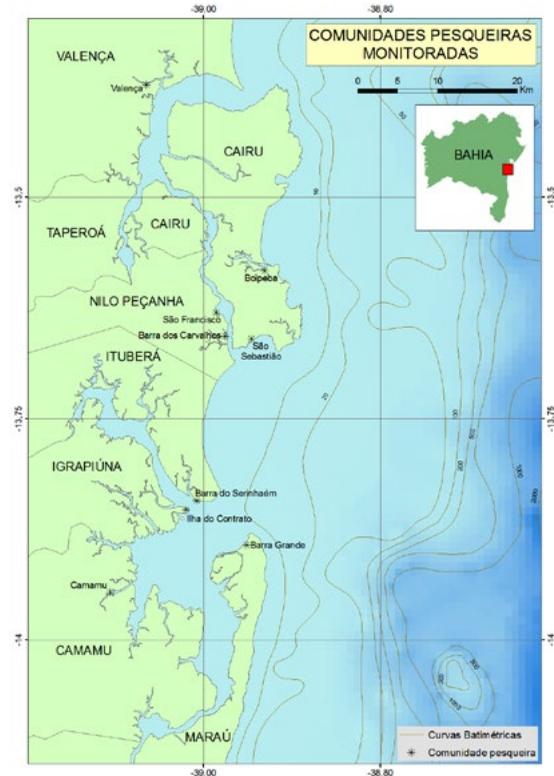
Neste contexto, propôs-se abrir um canal de comunicação por meio do qual a comunidade acessasse as informações sobre si mesmas e, a partir da compreensão da sua realidade, pudessem eleger os projetos mais significativos e sintonizados com suas aspirações e capacidades. No entanto, o diálogo e participação dependem muito do investimento de recursos, de confiança e reciprocidade. A El Paso Óleo e Gás do Brasil<sup>1</sup> transformou a obrigação legal numa oportunidade de aprofundar um relacionamento dialógico que não se iniciou com esse caso de compensação em si, mas como parte de um aprendizado histórico de dez anos presente na região. O objetivo deste estudo foi avaliar o efeito da abordagem participativa no processo de compensação ambiental em comunidades pesqueiras do Baixo-Sul da Bahia, levando-se em conta, principalmente, os projetos eleitos por elas.

## 2. O processo metodológico

Foi adotado o referencial teórico e metodológico que integra os enfoques de participação e gestão compartilhada em pescarias artesanais. Nesse sentido, foi assumido que as abordagens participativas se ajustam às realidades e especificidades das pescarias (CAMPELL; SALAGRAMA, 2001), sendo este o foco da pesquisa. Desta forma, proporcionou-se a geração de um “novo conhecimento”, fruto da combinação entre o conhecimento técnico-científico e o tradicional local (DIEGUES, 1995; GERHARDINGER, *et al.*, 2007). Esse processo foi conduzido em nove comunidades pesqueiras, pertencentes a sete municípios da região do Baixo-Sul da Bahia (Figura 1), durante o ano de 2007. As comunidades estão na área de influência do bloco de exploração BM-CAL-4<sup>2</sup> da El Paso. Escolheram-se tais comunidades por estas agregarem um maior número de pescadores e por atuarem em áreas de pesca abrangidas, direta ou

indiretamente, pelo Bloco BM-CAL-4.

Figura 1 – Localização das nove comunidades pesqueiras estudadas (fonte menor) e seus municípios (fonte maior) no Baixo-Sul da Bahia, Brasil



Fonte: elaboração própria.

As principais estratégias de pesca na região são o arrasto para camarão, redes de emalhe, linhas e mariscagem. As embarcações são em madeira, podendo ser motorizadas ou não. As motorizadas possuem autonomia para pesca em outros municípios litorâneos. São dotadas de casario e convés, e medem cerca de 8 metros de comprimento. Já as embarcações não motorizadas são canoas de atuação limitada aos estuários, e possuem em média 4 metros de comprimento. Quanto à organização social, as representações legais dos pescadores (Associações, Colônias e Cooperativas) possuem um nível baixo de administração, geralmente, apresentando paternalismo e pouca transparência na gestão.

Para análise de produtividade, considerou-se a Captura por Unidade de Esforço – CPUE. Seu cálculo foi baseado no monitoramento da frota pesqueira, durante 2007, realizado, também, pela empresa EL Paso. Para a CPUE, considerou-se a média anual em Kg/dia das principais modalidades pesqueiras e embarcações de cada comunidade.

Considerando a integração dos aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais nas abordagens das comunidades, uma equipe multidisciplinar foi selecionada, agregando profissionais das áreas de oceanografia, engenharia de pesca, sociologia, educação, psicologia e comunicação. Para otimizar as agendas e os trabalhos de campo, a equipe foi dividida em duas, atuando em diferentes comunidades pesqueiras ao mesmo tempo. Além desses profissionais, dois agentes comunitários foram selecionados para apoiar os grupos em campo, complementando a equipe.

Vale salientar que o PCAP é uma exigência ambiental do IBAMA, ou seja, um instrumento legal que balizou as ações desta pesquisa, não sendo, aqui, o foco de estudo. Porém, a metodologia participativa, as etapas para a execução dos trabalhos de campo e a análise do efeito dos projetos eleitos nas comunidades foram os objetos de estudo deste artigo. A partir dessa contextualização e de uma articulação institucional e regional das bases nas comunidades pesqueiras, planejaram-se e executaram-se as seguintes etapas do processo metodológico para atender o PCAP: (i) seleção da equipe técnica; (ii) capacitação da equipe técnica; (iii) mobilização das comunidades pesqueiras; (iv) incorporação dos agentes comunitários na equipe técnica; (v) reuniões de articulação institucional; (vi) execução de um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP; (vii) análise coletiva dos resultados do DRP, e (ix) eleição e priorização de demandas. Todas as etapas foram devidamente documentadas, sistematizadas e compartilhadas com os líderes das comunidades ao final das atividades de campo.

### 3. A base metodológica para o diálogo

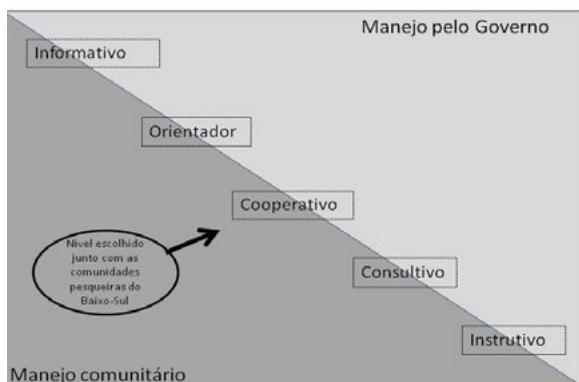
O Diagnóstico Rápido Participativo – DRP é um instrumento de reflexão derivado da Abordagem Rápida Rural (Rapid Rural Appraisal – RRA). Esse método foi desenvolvido a partir do final da década de 1980, por agências europeias governamentais e não governamentais que realizavam projetos em países em desenvolvimento, especialmente nos continentes da África e Ásia. A realização do DRP no Baixo-Sul se justificou por ser um caminho para estimular e apoiar os membros daqueles grupos sociais, a fim de que pudessem, num tempo representativo, investigar e avaliar seus obstáculos e chances de desenvolvimento, assim como tomar decisões fundamentadas, e relacionadas aos projetos futuros (CHAMBERS, 1992), no caso, subsidiar o PCAP. Outro motivo do uso dessa metodologia é a ausência de registros históricos sobre a pesca artesanal naquela região que pudessem oferecer um nível de detalhamento suficiente para entender os mecanismos que regem a gestão pesqueira local e, assim, alinhar melhor aos objetivos do PCAP.

O modelo de gestão compartilhada ou co-manejo representa, atualmente, uma alternativa que vem gerando resultados importantes na superação da crise da pesca artesanal e industrial (POMEROY; RIVERA-GUIEB, 2005). No Brasil, muitas experiências de co-manejo prezam pela participação dos pescadores nas discussões de projetos, porém, com metodologias adaptadas às diferenças regionais (SEIXAS; KALIKOSKI, 2009). Seixas *et al.* (2011) propõem sugestões para a construção de um programa nacional de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros baseado nas experiências de co-manejo, nas oportunidades e fragilidades que a pesca artesanal brasileira apresenta.

O compartilhamento de poder é premissa para o co-manejo, o qual, por sua vez, divide as responsabilidades entre usuários e governo (HILBORN *et al.*, 2005). Jentof e MacCay (1995) estabeleceram as seguintes classificações para

sistemas de co-manejo dentro do espectro de divisão de poder (Figura 2), da direita para a esquerda: (i) co-manejo instrutivo: há uma força mínima de informação entre governo e usuários; esse tipo de regime diferencia-se de um manejo centralizado no sentido de que há mecanismos de diálogo entre os usuários, contudo, o governo apenas informa aos usuários as decisões, não havendo, uma via genuína de estabelecimento de diálogo; (ii) co-manejo consultivo: há mecanismos para o governo consultar os usuários, embora as decisões finais ainda sejam estabelecidas pelo governo; (iii) co-manejo cooperativo: governo e usuários cooperam como parceiros iguais na tomada de decisão – é caracterizado como a forma verdadeira de co-manejo e foi utilizado neste trabalho; (iv) co-manejo orientador: há a orientação do governo nas decisões de gestão nesses arranjos, as comunidades locais têm a possibilidade primária sobre o manejo e; (v) co-manejo informativo: as comunidades locais possuem maior responsabilidade nas decisões de manejo, implementação, monitoramento e fiscalização. Na ponta esquerda do espectro, o governo descentraliza a tomada de decisão delegando-a ao grupo de usuários que, em retorno, informam o governo das decisões adotadas nesses níveis.

Figura 2 – Classificação dos sistemas de co-manejo e indicação do nível escolhido no DRP no Baixo-Sul da Bahia



Fonte: adaptado de Jentof e MacCay (2001).

O estabelecimento de qualquer um dos níveis de gestão tratados acima é resultante de um processo dinâmico envolvendo duas variáveis-chave, segundo Ostrom (1990): (i) presença e fortalecimento de instituições locais; (ii) reconhecimento e legitimação dessas instâncias pelos demais níveis de tomada de decisão. No âmbito das compensações ambientais aos pescadores do Baixo-sul, o nível que mais se aproximou desse modelo conceitual foi o do co-manejo cooperativo (área em destaque na Figura 2).

A formação de uma equipe multidisciplinar deste trabalho acompanhou as tendências atuais dos estudos pesqueiros e ambientais que demandam soluções complexas e abordagens cada vez mais interdisciplinares para o melhor manejo dos ecossistemas marinhos e das populações que delas vivem (CHEONG, 2008; ISAAC *et al.*, 2009).

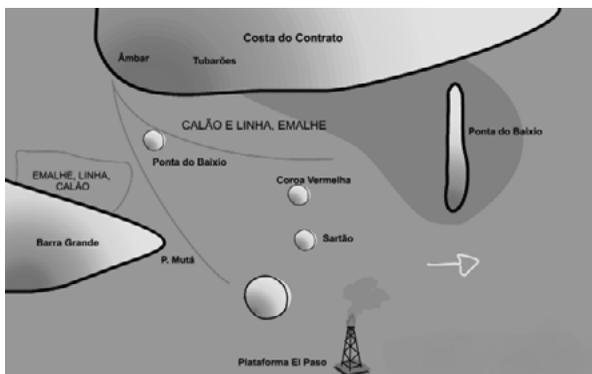
#### 4. Das técnicas utilizadas a eleição dos projetos

Sendo o DRP o instrumento principal de diagnóstico, mobilização e fortalecimento das comunidades, uma capacitação foi realizada com os técnicos e representantes das comunidades pesqueiras. Durante a capacitação, os participantes foram nivelados sobre os princípios e execução dessa metodologia. Neste evento, foi também, construído o objetivo do DRP, que teve o propósito de: “Conhecer a realidade da pesca no Baixo-Sul em parceria com as comunidades pesqueiras, identificando os problemas e buscando as possíveis soluções” (EL PASO/SOMA, 2007, p. 9).

As abordagens nas comunidades foram anunciadas previamente e procuraram abranger todos os grupos sociais envolvidos na atividade pesqueira (homens, mulheres, jovens e experientes) e nas diversas funções da pesca, como pescadores, marisqueiras, beneficiadores, atravessadores, donos de embarcação, lideranças, comerciantes etc. A etapa de coleta de dados do

DRP durou, aproximadamente, trinta dias. Houve envolvimento direto das comunidades pesqueiras no conhecimento de sua situação atual e na discussão dos problemas e potencialidades. Portanto, os encontros em campo serviram de base para a geração de informações necessárias ao cumprimento do objetivo previamente acordado. Para isso, um conjunto de técnicas foi empregado para a coleta dos dados em campo, e foi baseado em manuais, tais como: Bunce *et al.*, 2000; Cordioli, 2001; Geilfus, 1997; FAO, 2001. Dentre as técnicas utilizadas em campo pela equipe, citam-se as principais: Entrevista Semiestruturada, Linha do tempo, Relógio de Rotina, Mapa Mental e Matriz de Avaliação. Um exemplo das técnicas utilizadas (Figura 4) ilustrou a riqueza de detalhes, no relato dos pescadores de Ilha do Contrato, sobre os principais pesqueiros e artes de pesca utilizadas. A riqueza de informações gerada é pouco observada em diagnósticos formais.

Figura 4 – Mapa mental dos pesqueiros frequentados pelos pescadores de Ilha do Contrato, município de Igrapiúna.



Fonte: elaboração própria.

As informações foram registradas e organizadas para apresentação pública nas comunidades, na fase chamada Devolutiva. Nessa etapa, foi realizada uma exposição pública dos resultados, empregando painéis com fotos e ilustrações das técnicas utilizadas na fase do DRP, mobilizando os mesmos grupos sociais ligados à pesca. A exposição foi um momento de validação

dos resultados e pré-análise dos mesmos. Em seguida, a comunidade foi mobilizada para aprofundar a análise de problemas que surgiram como muito importantes e para realizar a identificação das possíveis soluções na forma de projetos. A partir de uma lista de demandas, foi realizada uma categorização entre projetos/problemas de competência do poder público e aqueles possíveis de serem viabilizados pelo PCAP. As demandas foram submetidas a uma votação ponderada, em que cada participante teve direito a votos com pesos diferentes, em função do que considerava mais relevante.

O projeto mais votado foi financiado pela El Paso, de acordo com as regras estabelecidas pelo IBAMA, que excluiu demandas de responsabilidade pública, mesmo que representasse o principal anseio das comunidades. Os documentos e projetos construídos coletivamente serviram não apenas para validar e consolidar a decisão dos pescadores, mas, também, como instrumentos para que as comunidades pudessem buscar parcerias com outras instituições de forma independente, a fim de atender às demais demandas listadas. Neste sentido, após a escolha do projeto, houve a formação de uma comissão de moradores em cada comunidade para acompanhar o andamento dos projetos financiados pela El Paso, no âmbito do PCAP. O nível de participação das comunidades foi medido, principalmente, pelo número de atores comunitários envolvidos nos trabalhos de campo e na capacidade de elencar e priorizar os clamores que se transformaram em demandas e projetos reais.

## 5. Resultados e discussão

Os resultados do DRP e da Devolutiva indicaram que a expressividade social e econômica da pesca artesanal na região do Baixo-Sul é afirmada pelo papel do pescador na produção de alimentos, sobretudo, se considerarmos que o escoamento da produção oriunda dessas localidades

destina-se à subsistência e ao abastecimento do mercado local, regional e estadual. Mesmo com a importância socioeconômica dessa categoria, tanto o setor pesqueiro, o Poder Público e a sociedade civil demonstram dificuldades em oferecer informações sobre a pesca. As poucas informações existentes sobre a pesca nessas instâncias são, ainda, frágeis e descontínuas.

Não obstante, a literatura sobre o Baixo-Sul aborda de forma superficial as questões envolvendo a pesca e as comunidades que dela dependem. De outra parte, dado o alto grau de informalidade observado no setor pesqueiro artesanal, essas estimativas não contemplam critérios suficientemente abrangentes para suprir a realidade vivida nas comunidades.

No município de Nilo Peçanha, na comunidade de Barra dos Carvalhos, por exemplo, há conflitos significativos sobre a posse e uso da terra, já que a população, historicamente, utiliza-se da agricultura como complemento à renda e para a segurança alimentar (EL PASO/ SOMA, 2007). Esse é um exemplo de como o DRP promoveu uma reflexão crítica entre pescadores referente à delicada questão fundiária. Por outro lado, diagnósticos convencionais desconsiderariam ou não criariam as condições para que elementos importantes da comunidade fossem avaliados de forma participativa e não ofereceriam condições de promover uma intervenção que, de fato, fosse uma demanda dos pescadores.

O enfoque adotado no DRP permitiu gerar um conjunto de informações bastante expressivo, permitindo preencher lacunas de conhecimento sobre: (i) os grupos envolvidos na captura e no processamento de pescado (especialmente as mulheres); (ii) as necessidades de melhor infraestrutura de gelar para um razoável armazenamento e comercialização do pescado; (iii) o melhor escoamento do pescado por vias fluviais, já que muitas comunidades são ilhas e se localizam mais distantes dos grandes centros; (iv) a infraestrutura educacional para os filhos de pescador; (v) a poluição nas áreas de pesca, principalmente os estuários; (vi) a dificuldade de

regularização ambiental devido à burocracia; (vi) a difícil manutenção das embarcações devido ao custo de peças e baixa disponibilidade de mão de obra especializada; (vii) o esforço de pesca demasiado em alguns recursos, principalmente no uso desordenado de redes de arrasto e emalhe, associado ao período de defeso; (viii) o conflito com pescadores de outras comunidades pelo uso de áreas de pesca; (ix) quebra dos “códigos de conduta” da pesca, que são regras informais para a proteção de áreas de pesca consideradas importantes à manutenção do ecossistema; (x) a dificuldade de explorar outras áreas de pesca devido à pouca autonomia das embarcações; (xi) a reflexão sobre o papel das instituições que pouco interagem com comunidades pesqueiras, entre outras.

As comunidades realizam pescarias diversificadas, caracterizadas por uma complexa base de informação influenciada por costumes tradicionais. Portanto, o conhecimento influencia e é influenciado pelas estratégias de pesca (SILVANO, 2004). Cada comunidade possui descrições detalhadas de apropriação social dos espaços marinhos, balizados por uma série de acordos comunitários de manejo e gerenciamento de conflitos. Esses espaços marinhos, também chamados de “pesqueiros”, são símbolos de identidade territorial, pois indicam e mensuram as relações de respeito, regras formais e informais entre pescadores (BEGOSSI, 2004). Tais mecanismos informais de gestão foram mais eficientes e expressivos até as décadas de 1960 e 1970, os quais, a partir da introdução de algumas políticas e tecnologias de pesca, foram perdendo expressão em função da desvalorização do código de honra e respeito entre os pescadores (CORDELL, 1989). As discussões durante o DRP refletiram, também, diretamente na priorização das demandas em cada comunidade. Dessa forma, os projetos selecionados e as agendas construídas foram mais fiéis às necessidades, considerando a atual capacidade de gestão e a presença de parceiros institucionais para apoiar iniciativas de médio e longo prazo.

Um fator importante na avaliação do nível de participação das comunidades foi o envolvimento direto dos agentes comunitários e líderes da pesca no planejamento e execução do DRP. Os representantes foram os facilitadores do próprio processo de mobilização e imersão nas comunidades. Como consequência, promoveu-se a formação de um capital social que permitiu uma maior aproximação entre a El Paso e as comunidades, seguindo os princípios de ética, transparência e fortalecimento das relações de confiança. Os projetos selecionados atingiram os indicadores definidos pelas próprias comunidades e se diferenciaram de tantos projetos e ações que fracassaram na região.

Mesmo com o esforço de articulação institucional entre comunidades, governo e empresa, percebeu-se que há perspectivas distintas entre esses atores, provocando uma desarticulação generalizada que, em princípio, não oferece condições favoráveis para a implementação de um modelo de gestão compartilhado. Por parte das comunidades, há uma falta de entendimento dos processos e práticas de gestão e da capacidade e responsabilidade que eles podem exercer na definição de regras e medidas direcionadas à sustentabilidade das pescarias artesanais. Salienta-se, ainda, a forte presença e postura de entidades representativas da pesca que operam na política do assistencialismo, inibindo a participação dos pescadores nas tomadas de decisão.

No Brasil, outro fator agravante é o pouco diálogo entre as empresas de PG, principalmente quando exploram áreas próximas. Não há compartilhamento de conceitos metodológicos, custos e agendas, o que, constantemente, causa problemas de sobreposição de trabalhos num mesmo espaço geográfico. Essa desarticulação é danosa às comunidades, uma vez que levanta diferentes expectativas, podendo agregar ainda mais conflitos, descrença e dificuldade de entendimento aos pescadores.

Com relação às agências de fomento do governo (municipal, estadual e federal),

o panorama também é desfavorável. Historicamente, as atribuições legais dessas instituições não conseguem promover uma intervenção adequada. Uma prática comum é utilizar momentos político-eleitorais para manipular as comunidades e formar uma rede de benefícios ilegais. Dessa forma, as ações de desenvolvimento participativo e descentralizado tendem a ser mais pulverizadas e pouco eficientes. Ressalta-se que a boa governança é chave fundamental para o gerenciamento da pesca, principalmente em países em desenvolvimento que, geralmente, não possuem uma estrutura central de governo forte e suas regras de acesso são descentralizadas e pouco controladas localmente (HILBORN, 2007). Segundo Arns (2010), a governança, assim como a gestão participativa podem ser analisadas sob a abordagem da descentralização. O debate sobre a governança reforça questões referentes à cidadania, representatividade e legitimidade nos processos de tomada de decisões (PIRAUX *et al.*, 2010). Portanto, a governança de recursos pesqueiros necessita de enfoques que privilegiem a complexidade envolvida na pesca artesanal em lidar com a diversidade biológica e cultural (ARMITAGE *et al.*, 2009).

No caso do Baixo-Sul, o grau de participação dos pescadores no DRP e nas reuniões decisórias dos projetos, medido pela proporção de participantes em relação à população total (Quadro 1), foi um dos indicadores favoráveis ao modelo de gestão baseado na participação. A reflexão crítica das comunidades sobre suas realidades e desejos se concretizou na construção de uma lista de prioridades de demandas.

As comunidades mais engajadas politicamente foram as que mais sugeriram demandas (Valença, Barra dos Carvalhos e Barra Grande), principalmente as relacionadas à responsabilidade pública, como a construção de escolas técnicas, melhoria das estradas e da rede de água e esgoto etc. (Quadro 1). Já a maioria dos projetos possíveis de ser financiada pela El Paso foi de ordem tecnológica e infraestrutural, como a construção de fábricas de gelo, petrechos de

pesca, estações de abastecimento de óleo diesel, capacidades etc.

Percebe-se, ainda, no DRP, o alto grau de participação das comunidades menores, em que a população pesqueira atuante representa quase a totalidade da população, a exemplo de São Francisco, São Sebastião e Barra Grande, com 95, 94 e 95%, respectivamente (Quadro 1). Tal nível de participação refletiu diretamente na legitimidade dos projetos, fortalecendo a tomada de decisão coletiva.

A produtividade pesqueira em 2007 (CPUE), também, influenciou na priorização das demandas, tendo em vista que existem frotas que destinam um esforço maior em um determinado recurso, como o camarão, por exemplo. Barra de Serinhaém, por ser uma comunidade essencialmente camaroneira (arrasto para camarão) e por possuir embarcações dotadas de guincho, detém a maior CPUE, com 60,8 kg/dia, seguida por Camamu, Valença e Barra Grande, com 44,5; 41,8 e 39,6 kg/dia, respectivamente (Tabela 1). Camamu possui alta produtividade devido à área de atuação na Baía de Camamu, ambiente que proporciona grande diversidade e quantidade de peixes por ser uma região estuarina e por deter uma frota numerosa de canoas.

Valença, mesmo não apresentando alta produtividade em relação às demais (41 kg/dia), concentra a maior população pesqueira do Baixo-Sul, com 2.500 pescadores (Tabela 1). Mesmo sendo uma grande produtora e agregadora de pescado, a pesca é considerada uma atividade marginal em Valença, pois a comunidade pesqueira reside em locais considerados mais pobres e perigosos da cidade. No entanto, mesmo com o crescimento urbano e perda da expressão cultural ribeirinha, a distribuição espacial das famílias de pescadores é mantida nos mesmos patamares há trinta anos (BEGOSSI, 2006). Nas demais comunidades, a população pesqueira abrange quase a totalidade da população total, indicando que a pesca é a principal atividade econômica.

Os projetos eleitos no âmbito do PCAP foram discutidos em cada comunidade, de

forma consensual, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo órgão licenciador. Citemos alguns exemplos de como a participação dos pescadores determinou a escolha dos projetos em Valença, Camamu e Barra de Serinhaém, comunidades escolhidas, aqui, por terem as maiores populações pesqueiras estudadas.

### Valença

A organização social pesqueira em Valença é forte e conta com a maior infraestrutura de desembarque da região, possui portos equipados com bombas de abastecimento de combustível, fábricas de gelo e câmaras frias. Duas instituições representam os pescadores, a Colônia Z-15 e a Associação de Pescadores do Baixo-Sul (ABPesca). A primeira possui atuação mais forte, é mais estruturada e concentra a grande maioria dos pescadores filiados. Sua liderança está no poder há muitos anos e, também, ocupa lugar de destaque na política partidária municipal. Já a ABPesca possui atuação mais tímida e abrange um número bem menor de pescadores filiados. Não possui infraestrutura e pleiteia construir uma sede para executar suas atividades. Na eleição do projeto financiado pelo PCAP, houve uma convocação geral para toda a comunidade pesqueira. No entanto, houve maior presença dos associados da ABPESCA. Portanto, a escolha do projeto em Valença refletiu os anseios desse último grupo (Quadro 2).

A grande amplitude de atuação e poder entre as duas instituições ainda gera uma série de conflitos endógenos e até pessoais entre as lideranças. Muitos pescadores relataram durante o DRP que o conflito é evidente, ressaltando, principalmente, que os benefícios sociais não deveriam ser concentrados em uma só instituição: “É uma coisa que a gente pode resolver, interfere na vida do pescador na medida em que ele pode ter o benefício (seguro-defeso), se for colonizado. Se for associado, ainda não pode... a gente pode resolver, vai depender da gente, da nossa união” (FC, 2007).

Quadro 1 – Grau de participação nas reuniões e classificação de demandas levantadas pelas comunidades pesqueiras

Comunidade	Participantes em relação à população pesqueira total (%)	Lista de demandas ao final do DRP	
		De responsabilidade do poder público	Possíveis projetos a serem financiados no Âmbito do PCAP
Valença	16	Financiamentos; Escola técnica; Menos burocracia da Colônia; Melhoria do seguro ao pescador; Associação mais estruturada e organizada; Creche; Seriedade dos órgãos de representatividade; Mercado mais justo para o marisco; Centro de recuperação de viciados; Mais fiscalização; Rede e tratamento de esgoto	Artes e petrechos de pesca; Regularização de documentos; Capacitação; Cesta básica; Subsídios para combustíveis; Unidade de beneficiamento de marisco; Sede para a associação; Ponte de desembarque; Frigorífico; Embarcação; Maricultura; Oportunidade de emprego e renda para jovens; Curso de computação
São Francisco	95	Recuperação da estrada; Melhoria do serviço de saúde; Saneamento básico e Melhoria do serviço de educação	Apoio à regularização das embarcações; Cooperativa de pescadores e marisqueiras; Bomba de óleo diesel no porto
Ilha do Contrato	45	Fiscalização	Frigorífico/fábrica de gelo; Piscicultura; Curso de capacitação para turismo; Capacitação geral; Ambulancha
Barra Grande	95	Repovoamento do Manguezal; Base para receber os órgãos fiscalizadores	Financiamentos para embarcações e aviamentos; Criação de uma creche; Formação de uma sede para apoio aos órgãos fiscalizadores; Maricultura; Capacitação em informática para filhos de pescadores (inclusão digital); Aquisição de computadores; Conserto da câmara fria; Arrecifes artificiais; Consultório Odontológico
Camamu	35	Organização do tráfego de navegação nas áreas de pesca; Fiscalização permanente do IBAMA; Melhoras na saúde da comunidade	Finalização da Construção da Sede da Colônia dos Pescadores; Palestras de conscientização e Educação Ambiental para a comunidade
Barra de Serinhaém	75	---	Criação de um centro de informática; Colocação de um tanque de óleo diesel na comunidade; Apoio para estruturação da cooperativa
São Sebastião	94	Ambulancha; Criar um seguro para o siri; IBAMA fazer estudo detalhado sobre arrastão; União e ação dos órgãos fiscalizadores	Ter canoa para ir aos pesqueiros; Uma sede da colônia z-65; Cooperativa (comercialização); Local adequado para as marisqueiras; Capacitação para fortalecimento do associativismo; Buscar formas de trazer a capitania

Quadro continua pág. 24.

Comunidade	Participantes em relação à população pesqueira total (%)	Lista de demandas ao final do DRP	
		De responsabilidade do poder público	Possíveis projetos a serem financiados no Âmbito do PCAP
Barra dos Carvalhos	96	Ter água de boa qualidade; Melhoria de estrada; Apoio jurídico e logístico para a posse da terra; Melhoria da assistência saúde; Acesso ao benefício do óleo diesel; Mais apoio e orientação dos órgãos públicos; Menos burocracia para pescador e marisqueira	Equipamento para beneficiamento de marisco; Associação de comercialização; Embarcação de fibra; Unidade de abastecimento de óleo diesel; Capacitação para melhorar a qualidade do pescado

Fonte: elaboração própria.

Tabela 1 – Localização, população pesqueira estimada e produtividade média (CPUE) das comunidades

Comunidade/ Município	Coodenadas geográficas. (Lat/Long)	População pesqueira estimada	Captura por unidade de Esforço (CPUE) em 2007 (kg/dia)
Camamu/Camamu	-13,948/-39,103	640	44,5
Ilha do Contrato/Igrapiúna	-13,853/-39,015	350	26,0
Barra de Serinhaém/Ituberá	-13,844/-39,01	416	60,8
Barra Grande/Maraú	-13,891/-38,953	98	39,6
Barra dos Carvalhos/Nilo Peçanha	-13,657/-38,973	120	21,9
São Francisco/Nilo Peçanha	-13,63/-38,985	150	37,1
São Sebastião/Cairu	-13,66 / -38,94	150	38,1
Boipeba/Cairu	-13,583/-38,93	112	35,9
Valença/Valença	-13.374/-39.0676	2.500	41,8

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 – Projetos eleitos financiados pela El Paso em cada comunidade pesqueira

Comunidade	Projeto contemplado pelo PCAP
Camamu	Finalização da construção da sede da Colônia
Ilha do Contrato	Fábrica de gelo em barra
Barra de Serinhaém	Tanque de óleo diesel
Barra Grande	Conserto de câmara fria, capacitação em informática e consultório dentário
Barra dos Carvalhos	Construção da sede da Associação dos Pescadores
São Francisco	Regularização da frota motorizada
São Sebastião	Capacitação em fortalecimento associativista
Boipeba	Fábrica de gelo em escamas
Valença	Construção da sede da Associação dos Pescadores de Valença (ABPesca)

Fonte: elaboração própria.

### Barra de Serinhaém

Como citado anteriormente, a frota camaroneira de Barra de Serinhaém é responsável pela maior produtividade pesqueira da região. O DRP, nessa comunidade, promoveu uma reflexão sobre o principal custo de produção para manter a frota em atuação, o óleo diesel. No entanto, o local de abastecimento da frota fica a mais de duas horas de navegação, pois é oriundo da sede do município em Ituberá. Um revendedor de combustível é o único fornecedor desse insumo na comunidade, encarecendo ainda mais o produto por ser um intermediário. Vale lembrar que o benefício da subvenção econômica do óleo diesel do Governo Federal, revisado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 1997; 2010), que promove a redução do preço e aumento de competitividade, não é acessado pelos pescadores dessa comunidade. Portanto, a presença de um tanque de óleo diesel permanente na comunidade resolveria parte dos problemas em relação ao custo desse insumo, sendo a instalação do tanque de tal óleo o projeto eleito no âmbito do PCAP (Quadro 2).

### Camamu

Situada, estrategicamente, ao fundo da baía de Camamu, essa comunidade pesqueira se destaca por ser um polo concentrador de pescado da região; é canoieira por tradição e atua, principalmente, dentro da baía de Camamu, onde efetua uma gama de modalidades de pesca. Sua organização se dá pela única entidade representativa, a Colônia Z-17. Segundo informações do DRP, foram registradas muitas insatisfações em relação à gestão da Colônia, porém, vantagens sociais, como aposentadoria e seguro-defeso, criaram a imagem de que a instituição gera mais benefícios do que prejuízos.

Por concentrar a maior parte do pescado da região, os locais de desembarque necessitam de um adequado grau de manuseio

e armazenamento do pescado comercializado, seja para venda interna ou externa. No entanto, o espaço físico da Colônia disponível para tais serviços não oferece condições de receber e processar o pescado. A escolha do projeto pelos pescadores “Finalização da construção da sede da Colônia” (Quadro 2) reflete os anseios dos pescadores em poder manusear e comercializar seu pescado em condições adequadas de higiene. Mesmo havendo denúncias e descrenças em relação à Colônia, o investimento financiado pela El Paso reflete a necessidade de mudança dos pescadores em agregar valor ao pescado para proverem maiores rendimentos com a pesca.

Nas demais comunidades, os projetos escolhidos seguiram a mesma lógica de (i) grande participação dos pescadores na decisão dos projetos; (ii) considerar as informações e as reflexões críticas geradas no DRP e (iii) considerar as informações de CPUE geradas pelo monitoramento dos desembarques em 2007.

### 6. Considerações finais e reflexões

Os resultados alcançados atenderam aos compromissos gerados pelas condicionantes da licença ambiental (PCAP) e se mostraram interessantes a outras instituições de importância fundamental para o desenvolvimento da pesca. Os resultados gerados podem ser utilizados pela iniciativa privada ou pelo poder público, nos seus vários níveis, em oportunidades que busquem promover o desenvolvimento sustentável, pois foi construído de forma participativa e legítima. O exercício do DRP no Baixo-Sul da Bahia, ainda que no âmbito de uma atividade de curta duração (perfuração exploratória), criou a oportunidade para nove comunidades construírem e apropriarem-se de uma visão aprofundada da sua realidade, de forma a poderem buscar meios para uma melhor organização social. Ressalta-se o desenvolvimento humano e amadurecimento alcançado pelos cidadãos que se empenharam em refletir sobre as demandas e projetos escolhidos

e acreditaram na importância da participação na construção do diagnóstico.

A contribuição deste trabalho invoca o processo participativo como instrumento de compreensão sobre as necessidades e as formas viáveis de atendê-las, seja por esforço próprio das comunidades, seja pelo encaminhamento adequado de suas demandas.

Historicamente, há uma deficiente participação dos segmentos sociais da pesca nos processos de decisão, sendo esta a maior fragilidade dos insucessos na gestão dos recursos pesqueiros no Baixo-Sul da Bahia e no Brasil de forma geral. A desarticulação institucional, o paternalismo governamental e a falsa legitimidade de muitas lideranças pesqueiras são, também, cenários comuns na pesca artesanal, pois a pouca informação e o baixo grau de escolaridade das comunidades são aproveitados para torná-las massa de manobra para interesses não-coletivos. A mobilização social implica numa mudança profunda, principalmente na legitimidade dos representantes dos atores envolvidos diretamente com a pesca, para poder promover uma nova base de governança.

Mesmo sendo eleitos de forma legítima e participativa, os projetos não obtiveram o impacto esperado. Recomenda-se que se invistam no fortalecimento e na consolidação de um arranjo institucional liderado pelas instituições proponentes atuantes na região, no caso, as empresas de PG. Recomenda-se, também, investir fortemente numa maior participação social por meio de metodologias participativas, de forma gradativa e contínua. Para isto, é necessário elevar o nível de consciência e empoderamento das comunidades para que estas possam se inserir em um processo direcionado à manutenção da tradição e cultura local, conservação dos recursos naturais e melhoria da renda e qualidade de vida. Ainda neste contexto, é determinante a formação de equipes multidisciplinares, de maneira que as diferentes percepções do conhecimento possam atuar de forma integrada e complementar na elucidação de questões complexas que envolvem

comunidades pesqueiras.

Uma reflexão crítica desse processo no Baixo-Sul da Bahia nos leva a crer que a rede colaborativa criada entre diferentes instituições parceiras não teve continuidade até onde se sabe. A característica de compensação no curto período de tempo (ação pontual) aliada à falta de interação entre as lideranças pesqueiras (principalmente, devido a conflitos de territórios pesqueiros) e, ainda, às trocas constantes de gestores parceiros, sem dúvida, agravaram a continuidade de ações.

Outra crítica que se faz é ao DRP. Mesmo sendo uma metodologia inovadora para a reflexão e conscientização da realidade das comunidades envolvidas, esta pode não ter sido a melhor opção de abordagem. A expectativa gerada nas comunidades foi considerada alta em relação à possibilidade de resolução, a curto prazo, de todas as demandas levantadas. O tempo de execução do DRP e eleição dos projetos durou cerca de 11 meses, o que é considerado incompatível com as expectativas geradas nas comunidades, sendo necessário um horizonte de, no mínimo, cinco anos, aliado a ações multisetoriais, para atender às demandas levantadas no DRP.

No entanto, a estratégia e enfoque adotados para intervir no contexto das pescarias artesanais se mostraram eficientes e viáveis na possível superação da crise por meio da integração de parceiros institucionais. Conseqüentemente, novas posturas são esperadas de empresas de PG que atuam nas regiões costeiras para que possam desempenhar e apoiar a gestão e desenvolvimento das pescarias artesanais, baseados na participação.

Por fim, recomenda-se, que sejam feitos esforços para a consolidação de um arranjo institucional contínuo com elevado nível de consciência e a promoção de mais espaços de discussão com os pescadores, fortalecendo o capital social e, assim, avançar no desenvolvimento das comunidades pesqueiras daquela região.

## Referências

- ALENCAR, C.M. Tensões entre pesca, turismo e exploração de gás, reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba – BA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 23, p. 1-18, jul. 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/19578>. Acesso em: 27 set. 2012.
- ARMITAGE, D.R.; PLUMMER, R.; BERKES, F.; ARTHUR, R.I.; CHARLES, A.T.; DAVIDSONHUNT, I.J.; DIDUCK, A.P.; DOUBLEDAY, N.C.; JOHNSON, D.S.; MARSCHKE, M.; MCCONNEY, P.; PINKERTON, E.W.; WOLLENBERG, E.K. Adaptive co-management for social-ecological complexity. **Front. Ecol. Environ.**, v. 7, n. 2, p. 95-102, 2009.
- ARNS, P.C. Um olhar sobre os dispositivos de governança. **Raízes**, Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2; v. 29, n. 1, p. 121-131, jan./2009 a jun./2010.
- BEGOSSI, A. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. **Ecology and Society**, v. 11, n. 1, p. 5-2, 2006.
- BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004.
- BROWN, D; STAPLES D.; FUNGE-SMITH, S. Mainstreaming fisheries co-management in the Asia-Pacific. In: APFIC REGIONAL WORKSHOP ON MAINSTREAMING FISHERIES CO-MANAGEMENT IN ASIA-PACIFIC SIEM REP Cambodia, 9-12 August 2005, Cambodia. **Proceedings...** Cambodia: APFIC, 2005.
- BUNCE, L., TOWNSLEY, P., POMEROY, R., POLLNAC, R. **Socioeconomic manual for coral reef management**. Townsville: Global Coral Reef Management Network, NOAA, IUCN, 2000 180p.
- CAMPBELL, J.; SALAGRAMA, V. New approaches to participation in fisheries research. In: **FAO Fisheries Circular**, n. 965. Italy: FAO, 2001.
- CHAMBERS, R. 'Rural appraisal: rapid, relaxed and participatory'. **IDS Discussion Paper** No. 311. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 1992.
- CHEONG, S.M. A new direction in coastal management. **Marine Policy**, n. 32, 1090–1093, 2008.
- CORDELL, J. Social marginality and sea tenure in Bahia. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **A sea of small boats**. Massachussets: Cambridge, 1989. p. 1-16.
- \_\_\_\_\_. Carrying capacity analysis of fixed-territorial fishing. **Ethnology**, v. XVII, n. 1, p. 1-24, 1978.
- CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho com grupos. In: BROSE, M. (Org.). **Metodologias participativas: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p. 21-42.
- CUNHA, E. J. **Políticas públicas e capital social para o desenvolvimento local da pesca e da aquicultura no Vale do Piancó - Paraíba (2003 – 2007)**. 2009. 81p. Dissertação (Mestrado) – Extensão Rural e Desenvolvimento, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.
- DIEGUES. A.C.S. **Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269p.
- EL PASO & SOMA. **Projeto de compensação da atividade pesqueira: relatório descritivo fase II – DRP (revisão 01)**. 2007.
- FAO. **Análisis socioeconómico y de género: manual para el nivel de campo**, 2001, 140p.
- GEILFUS. F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**. San Salvador: IICA/GTZ, 1997.

GERHARDINGER, L.C.; FREITAS, M. O.; MEDEIROS, R. P.; GODOY, E. A.; MARENZI, R. C.; SILVA, M. H. **Conhecimento ecológico local e biodiversidade marinha no planejamento de áreas marinhas protegidas: uma análise crítica.** IBAMA/PNDPA, 2007. Disponível em: [www.ibama.gov.br/pndpa/download.php?id\\_download=67](http://www.ibama.gov.br/pndpa/download.php?id_download=67). Acesso em: 07 set. 2013.

HILBORN, R. Reinterpreting the state of fisheries and their management. **Ecosystems**, n. 10, p. 1362-1369, 2007.

\_\_\_\_\_. PARRISH, J. K.; LITTLE, K. Fishing rights or fishing wrongs? **Reviews in Fish Biology and Fisheries**, v.15, n. 3, p. 191-199, 2005.

IBAMA/CGPEG/DILIC. A Interferência das Atividades Marítimas de Exploração de Petróleo e Gás na Pesca Artesanal: Exigências do Licenciamento Ambiental, 2010. Disponível em ANP: [http://www.anp.gov.br/brnd/round9/round9/guias\\_R9/perfuracao\\_R9/pesca.htm](http://www.anp.gov.br/brnd/round9/round9/guias_R9/perfuracao_R9/pesca.htm). Acesso em: 19 jan. 2011.

ISAAC, V.J.; SANTO, R.V.E.; BENTES, B.; FREDOU, F.L.; MOURAO, K.R.M.; FREDOU, T. An interdisciplinary evaluation of fishery production systems off the state of Para in North Brazil. **J. Appl. Ichthyol**, n. 25, p. 244–255, 2009.

JENTOF, S.; McCAY, B.J. User participation in fisheries management. Lessons drawn from international experiences. **Marine Policy**, n. 19, p. 227-246, 1995.

KALIKOSKI, D; NETO, J.D; THÉ, A.P.G; RUFFINO, M.L; FILHO, S.M. **Gestão compartilhada do uso sustentável de recursos pesqueiros: refletir para agir.** Brasília, IBAMA, 2009. 184p.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**, Brasil, 2011. Disponível em: [http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL3.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL3.pdf). Acesso em: 01 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira** – RGP, Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Pesca/Boletim%20do%20Registro%20Geral%20da%20Atividade%20Pesqueira%20-%202012%281%29.pdf> Acesso em: 11 set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.445, de 14 de março de 1997.** Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais. Brasil, 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9445.htm). Acesso em: 01 out. 2012.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 2 de 27 de Janeiro de 2010**, Estabelece o método de cálculo das cotas anuais de combustível, quantificada em litros, por modalidade de pesca. 2010. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=78355>. Acesso em: 01 out. 2012.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action.** New York: Cambridge University Press, 1990.

PIRAUX, M.; AZEVEDO, S. G.; TONNEAU, J-P. Os mediadores, os políticos e a sociedade civil: a realidade e os limites da governança territorial. O caso do território do TASPP no Nordeste brasileiro. **Revista Raizes**, v. 28, ns. 1 e 2; v. 29, n. 1, p. 97-108, jan./2009 a jun./2010.

POOS, J.J.; QUIRIJNS, F.J.; RIJNSDORP, A.D. Spatial segregation among fishing vessels in a multispecies fishery—ICES. **Journal of Marine Science**, n. 67, p. 155-164, 2010.

POMEROY, R. S.; RIVERA-GUIEB, R. **Fishery co-**

**management** : a practical handbook. Canada: International Development Research Centre (IDRC), 2005. Disponível em: <http://www.idrc.ca/openebooks/184-1/#>. Acesso em: 06 out. 2013.

PORTO, A.C.C.H; PORTO, R.A.P; BONE, R.B. Licenciamento das atividade de exploração e produção de petróleo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM PETRÓLEO E GÁS – PDPETRO, 4., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas/SP: ABPG, 2007.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em: 19 jan, 2011.

SEIXAS, C.S.; KALIKOSKI, D.C.; ALMUDI, T.; BATISTA, V.S.; COSTA, A.L.; DIOGO, H.L.; FERREIRA, B.P.; FUTEMMA, C.R.T.; MOURA, R.L.; RUFFINO, M.L.; SALLES, R.; THÉ, A.P.G. Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 23-44, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414753X2011000100003&lng=en&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2011000100003&lng=en&lng=pt). Acesso em: 26 set. 2012.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Gestão participativa da pesca no Brasil: levantamento das iniciativas e documentação dos processos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 20, dez. 2009. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/12729>. Acesso em: 27 set. 2012.

SILVA I. R.; SILVA, S. B. M. Caracterização geo-ambiental e de ocupação das praias da costa do dendê, litoral sul do estado da Bahia. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 27-46, jul./dez. 2007.

SILVANO, R.A.M. Pesca artesanal e etnoictiologia. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec: Nepam/Unicamp: Nupaub/USP: Fapesp, 2004. p. 187-222.

VILARDO, C. **Avaliação ambiental de pesquisas sísmicas marítimas no Brasil**: evolução e

perspectivas. 2007. 228p. Dissertação (Mestrado) – Área de Concentração Planejamento Ambiental / Programa de Planejamento Energético, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

VOS, B.; TATENHOVE, J.P.M.V. Trust relationships between fishers and government: new challenges for the co-management arrangements in the Dutch flatfish industry. **Marine Policy**, n. 35, 218–225, 2011.

## Notas

1 A El Paso Óleo e Gás do Brasil será denominada El Paso daqui por diante, para fins de simplificação.

2 Bloco Camamu Almada. Denominação dada pela Agência Nacional de Petróleo para nomear as áreas produtivas de petróleo e gás, leiloadas em 2000.